

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO

LETÍCIA D' AMATO DOS REIS.

São Gonçalo

Fevereiro

2010

Letícia D' Amato dos Reis

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação em licenciatura em Pedagogia, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Orientadora: Professora Mestre Vera Pereira Muniz.

São Gonçalo

2010

Letícia D' Amato dos Reis

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação em licenciatura em Pedagogia, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Aprovada em _____

Professora Mestre Vera Pereira Muniz (Orientadora)

Professora Mestre Mariza de Paula Assis (Parecerista)

São Gonçalo

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em todos os momentos de minha vida e por nunca ter me deixado desamparada nas dificuldades.

A minha família (pai, mãe, irmã, tios) pela paciência e pelo suporte. Que através dos seus exemplos me ajudaram a superar os obstáculos.

A minha amiga Luciana que divide comigo todos os medos e ansiedades. Que ela divida comigo todo o mérito desta conquista, pois nos altos e baixos ela sempre está no meu caminho.

A meu namorado Yuri que também teve ternura nos dias que me encontrava ausente na elaboração deste trabalho, mesmo assim sempre demonstrou sua compreensão e carinho.

Agradeço ainda a minha orientadora Vera que me ajudou a elaborar pensamentos, dedicou seu tempo, suas experiências e me levou a encontrar um caminho na minha vida. Tenha minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente monografia tem o anseio de gerar uma reflexão sobre a educação inclusiva na sociedade, tendo como ponto de partida a discussão sobre a inclusão escolar, objetivando reverter o quadro de exclusão presente na sociedade que vivemos.

Este trabalho foi realizado com o desejo de apontar caminhos para que esta aconteça, corroborando com o que pode ser mudado e apontando as possibilidades para a expansão do movimento de inclusão que, começando pela escola, tende a tomar rumos e proporções mais extensos, e assim atingir a sociedade por inteiro.

A escolha do tema foi, mesmo que complexo, o fato da procura de pessoas com necessidades especiais na escola regular ser presente e crescente dia após dia. Nesse sentido procurei, em observações de estágio, conversas com professores e situações diversas, contribuir com esse tema, lembrando o quanto é importante para a inclusão a intervenção pedagógica. Entretanto o profissional atento sobre as historicidades do movimento de inclusão, as leis que a implicam, o que pode mudar nos currículos, abarca conhecimentos e tende a alterar a realidade da inclusão.

Palavras chave: Educação; Educação Inclusiva; Pessoas com necessidades especiais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
1.1 Um novo olhar sobre o deficiente.....	10
2 – A PROPOSTA E O ANSEIO PARA INCLUIR A TODOS.....	14
2.1 Influência dos professores.....	15
2.2 Destaques da Declaração de Salamanca.....	19
2.3 Leis, estatutos e convenções para a inclusão	22
2.4 A participação e influência da família.....	23
2.5 Escola especial X Escola regular.....	25
3 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	28
3.1 A moldura de um currículo.....	28
3.2 Os distúrbios de aprendizagem e as propostas de práticas pedagógicas.....	29
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
ANEXO.....	36
Declaração de Salamanca.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade sabemos que houve um grande avanço no que se refere à inclusão de crianças e adolescentes no âmbito escolar, e que os congressos, leis e declarações estão focados cada vez mais na possibilidade da inserção de todas as pessoas, sejam elas portadoras de deficiência ou não, na sociedade.

Considerando a amplitude dos debates e atendimento as pessoas com necessidades especiais, nos perguntamos sobre as historicidades dos movimentos relacionados à educação especial, as diferenças e as evoluções de rótulos empregados para designar as pessoas com alguma deficiência ao longo dos anos.

Em cada capítulo que se sucede tentaremos esclarecer e apontar formas de atuação onde todos possam aprender na escola e fora dela, e que cada ambiente esteja preparado para acolher a todos, oferecendo oportunidades de desenvolvimento, seja qual for sua dificuldade.

A superação do medo com o diferente, com aquilo que é novo, é um desafio que no decorrer desta reflexão será discutido. O intuito é fazer valer as leis de respeito às diferenças e deixar um trabalho que possa contribuir para a inclusão escolar.

Nos propomos a cooperar com a reflexão do professor e das suas práxis pedagógicas no comprometimento com a inclusão, convocando a pensar criticamente sobre a docência e as problemáticas do atual sistema de ensino.

Essa pesquisa bibliográfica almeja refletir sobre uma reformulação dos currículos, do ambiente e das práticas pedagógicas escolares de forma que fique claro que toda criança tem o direito de estar na escola com os recursos necessários para usufruir cada vez melhor do ambiente escolar. Enfatizo ainda que toda criança, em diferentes momentos da vida, pode vir a necessitar de recursos específicos, umas mais, outras menos.

A remodelagem dos projetos pedagógicos e dos currículos pode vir a gerar bons resultados, possibilitando pessoas com necessidades especiais a buscar uma vida social mais autônoma e ativa. Nesta circunstância, vincula-se a educação inclusiva e suas

múltiplas possibilidades, através de um parâmetro interdisciplinar com o acesso de todos no espaço escolar.

A escolha do tema se deu pelo fato de, além de me interessar pelo assunto desde o começo da faculdade, ter ingressado, por durante alguns meses, num estágio na APAE¹ de São Gonçalo. Foi uma experiência única conviver de fato com a realidade da escola especial. Isto foi uma forma de colocar na prática os aprendizados lançados teoricamente nas aulas do curso de Pedagogia.

A influência do estágio na APAE foi amplo, primeiro por ser uma instituição que, historicamente, difundiu e culminou a importância do ensino das pessoas com deficiências gerando projetos e ações para resguardar os direitos de tais pessoas, e, segundo, por se tratar do primeiro estágio voltado para a área de Pedagogia que participei. Com tudo isso já ficava claro as questões, levantamentos e as abordagens do meu trabalho.

Juntamente com as tarefas realizadas no estágio, as aulas de Educação Especial me interessavam também, porém, percebia que em oito semestres de faculdade, a quantidade de horas dedicada à disciplina voltada para a educação inclusiva era, ao meu ver, muito breve e resumida. Sentia um intenso desejo de aprofundar e entender as especificidades da educação especial uma vez que o discurso sobre pessoas com deficiências era um assunto não somente atual, mas também real. Nasceu então uma ânsia, surgiu este interesse em compreender mais designadamente sobre tal contexto: a realidade da educação inclusiva.

¹ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O exemplo histórico do preconceito e da marginalização com o diferente começa no marco inicial da era cristã, particularmente em Roma, onde era lei a morte de crianças que nasciam com alguma deficiência. Para os romanos que viviam nesta época, o progresso relacionado à saúde consistia em retirar a vida das pessoas com alguma deficiência para que estas não se misturassem com aquelas que nasciam saudáveis.

Na Grécia, o descuido com aqueles que possuíam algum tipo de deficiência também era notável. Eles eram sacrificados ou mantidos escondidos da sociedade. A cultura grega enaltecia ideal de formas físicas perfeitas, cultuava o corpo, portanto, não aceitava quem nascia fora do padrão estipulado de beleza.

Em Esparta a pessoa assim que nascia era analisada por anciãos que após verificar se a criança era saudável, devolvia para a família. Caso esta apresentasse alguma má formação era arremessada num precipício.

Também vimos que pessoas com deficiência mental eram usadas como “bobos da corte” nos cercos romanos. Nesta época as deficiências eram tidas como castigo de Deus para a sociedade e por isso eliminava-se todo indivíduo que nascia com alguma deficiência física ou mental. A pessoa com necessidade especial era um ser sem alma que quando não era morto precisava ser santificado. Toda vida era dada a condições desumanas além de serem tratadas sucessivamente com inferioridade.

A mudança no modo de enxergar as pessoas com deficiência modificou-se no final da antiguidade com o avanço do cristianismo. Seguindo os valores cristãos, aquele indivíduo que nascia com alguma deficiência era um ser humano com alma e deveria ter sua vida preservada como qualquer outro filho de Deus.

Na era moderna começam a surgir alguns pensadores que citam em seus estudos referências sobre as deficiências, contudo as explicações para as “anormalidades” tinham um cunho muito mais religioso do que científico, as explicações e razões científicas eram ainda muito arcaicas.

Foi aproximadamente no século XVII que as instituições iniciaram os trabalhos de assistência com as pessoas com necessidades especiais. Como exemplo podem-se citar as instituições São Vicente de Paulo e Irmãs de Caridade.

Neste século também houve um ressignificação do estudo baseado nas pessoas com necessidades especiais. O estudo passou a ser muito mais científico, surgindo assim diversos pensadores como John Locke (1632-1704), Charles Michel Eppée (1712-1789), na época do iluminismo o famoso Jean Jacques Rousseau (1712-1778), o pedagogo suíço que promoveu um modo de pensar diferente e revolucionário na educação Johan Heinrich Pestalozzi (1746-1820), entre outros pensadores.

A partir daí a expansão dos estudos científicos para a prestação de serviços às pessoas com necessidades especiais, que se inicia na Europa, cresce de tal forma dando origem a pesquisas nos EUA, Canadá até chegar ao Brasil na época do Império.

Nesta época no Brasil é criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC e o Instituto dos Surdos e Mudos, em 1857, hoje denominado INES – Instituto Nacional dos Surdos, ambos localizados no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926) – instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e em 1945 é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Hellena Antipoff.

1.1 Um novo olhar sobre o deficiente

Por volta de 1950, por exemplo:

As concepções mais biologicistas são acrescidas às concepções que mostravam as influências culturais e sociais sobre o desenvolvimento da criança, apontando as possibilidades de intervenção. (SILVA e MARIA, 2005, p. 74 e 75).

Em seguida, também no início do século XX, face as mudanças de pensamento em relação a educação especial, os autores que antes defendiam características das pessoas com necessidades como irreversíveis sofrem uma modificação de pensamento e passam a rever o caráter inatista de seus estudos. O que se examina é que a intervenção social é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais. Foi então que se ampliaram as instituições e locais que desenvolviam projetos para inserção social e inclusão.

Com a nova visão de que não se considera apenas a deficiência encontrada em um indivíduo e sim levar em conta o projeto educacional que se faz para inseri-los na sociedade, pontos de vista antigos foram dissolvidos para dar lugar a idéias novas que considera a criação de um ambiente favorável para interferir nas suas dificuldades e trabalhá-las para que estas não sejam um empecilho para o aprendizado.

Neste parâmetro houve a criação, não só de instituições, como também projetos e leis nesta área. Propostas no campo escolar, abordagens teóricas e práticas para a inclusão serão relatadas neste trabalho.

Na nova visão inculcada por movimentos sociais da década de 60 e 70 do século passado, a deficiência passa a ser tratada como uma resposta educacional e não meramente vista como caso orgânico ou de perfil clínico.

A mudança feita pelo atendimento especializado pode englobar na escola variedades de dificuldades: físicas e cognitivas. Essa inclusão não é fácil. O acesso a todos deveria ser livre, não levando em consideração sua classe social, etnia, porém não é exatamente isso que vemos. Mesmo com um avanço que enfraqueceu os modelos e padrões de escolas da época, há uma dificuldade grande de inclusão para aqueles que sofrem de alguma deficiência.

Convém observar que as transformações se encontram inclusive no modo de se expressar quando se trata de pessoas com necessidades especiais. O conceito e interpretação posta até então, começam a ser repensados. Dá início a questionamentos como o termo amplo que é colocado quando se diz “necessidades especiais”, pois a partir do momento que se amplia a interpretação subentende-se que deve considerar “necessidades” qualquer tipo de dificuldade. Além das cognitivas há aquelas que incluem

um número maior de crianças como a lentidão ou problemas de outras naturezas que interferem e retardam o aprendizado.

Podemos ver em Omote (2003) que afirma:

O conceito de educação inclusiva abrange crianças deficientes e superdotadas, bem como aquelas pertencentes a grupos marginalizados ou em situações de desvantagem, tais como crianças de rua, as que trabalham, as que pertencem às minorias étnicas ou culturais etc... Em última instância, trata-se da educação de qualidade para todas as crianças e jovens. (p.154).

A escola adequada para receber crianças com suas necessidades e suas particularidades investe em projetos a fim de auferir essa nova realidade, a inclusão.

Não convém dizer que a inclusão é somente para aqueles alunos com necessidades físicas e cognitivas, cada educando deve ser envolvido na nova dinâmica de inclusão. Isso nos remete a pensar num currículo mais amplo para permitir o desenvolvimento de todos.

Crianças, adolescentes e adultos, enfim, estudantes em geral, em sua trajetória escolar e/ou de vida, atravessam/atravessaram situações e dificuldades capazes de exigir um atendimento especializado ou uma necessidade educativa especial.

Entretanto, é importante ater que os indivíduos com interrupções sérias no campo motor e/ou sensorial não têm as mesmas condições que uma criança ou adolescente que necessita de uma atenção ou necessidade momentânea. Suas restrições vão além, apesar disso, caracterizá-lo como deficiente encaixa-o no paradigma de que é uma pessoa incapaz de desenvolver e aprender tarefas, o que de fato não é a realidade.

Autores como Amaral utilizam o termo pessoas com deficiência e não portadores de necessidades especiais porque as necessidades podem ser desenvolvidas e bem trabalhadas respeitando o ritmo da pessoa com deficiência para assim obter resultados válidos e potencializadores.

Confrontar o conceito de educação inclusiva com a terminologia empregada para definir as pessoas com deficiência é repensar não somente na terminologia utilizada para designar tais pessoas como também refletir sobre elas, pois, termos como mongol, doentes mentais entre outros, geram, consciente ou inconscientemente o preconceito.

2-A PROPOSTA E O ANSEIO PARA INCLUIR A TODOS

A Declaração de Salamanca² é um dos exemplos para tomar como base as transformações que se fazem necessárias para que a inclusão de fato aconteça.

Na Declaração fica expressa formalmente a inclusão de todos os alunos no ensino regular, o qual é necessário um investimento nos planos pedagógicos e na estrutura de um todo do espaço escolar, dispor de elementos para promover o sucesso de aprendizagem de todos.

No paradigma instaurado pela inclusão escolar encontramos portanto, um redimensionamento do papel da intervenção escolar (escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, independente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais e sociais) e a necessidade de desmitificação do poder absoluto da técnica especializada. (SILVA, 2005, p 96).

Isso corrobora as expectativas enunciadas na Declaração de Salamanca e deve ser um complemento do trabalho dos professores na sala de aula, diretores e funcionários da escola.

No que diz respeito a educação inclusiva, pode-se questionar se existe a falsa idéia de inclusão nas escolas regulares, aquela “inclusão” ainda excludente que apenas acolhe o aluno na sala, não interagindo com suas necessidades e não dando o suporte cabível para o desenvolvimento deste. Neste momento entra o debate onde coloca em dúvida qual alternativa escolher: as escolas regulares ou aquelas especializadas para educação especial. Em alguns lugares esta última é a única alternativa quando o aluno com necessidade especial não tem a possibilidade de ser acolhido na escola normal devido ao preconceito e a falta de preparo das escolas e professores.

Para se opor ao fenômeno de diferenciação e rotulação das pessoas é que a inclusão se apropria da idéia de pensar na diversidade humana e compreender o modo como os alunos tomam parte e aprendem com suas condições e demandas. Saber observar e estimar cada característica e atributo do aluno é adicionar conhecimento e viver positivamente as diferenças.

² Encontra-se na íntegra como anexo desta monografia.

Inculcando na sociedade uma visão transformadora, a realidade da inclusão pode modificar estruturalmente a educação.

2.1 - Influência dos professores

As relações dos professores com os alunos são de total influência afetiva e esta se torna até garantia de ascensão no processo educacional, portanto, é de extrema valia refletir e deixar um capítulo especialmente sobre o papel do professor, suas relações com os alunos, sua preparação, suas dificuldades e desafios entrelaçados no cotidiano escolar.

Como já foi expresso anteriormente, inclusão não é somente alocar alunos dentro da sala de aula, mas também entender suas dificuldades propondo estratégias para vencê-las.

Quando os alunos trabalham não focalizando apenas os seus limites e sim nos seus pontos positivos influi em sua auto-estima, podendo ser útil demonstrar os tipos de necessidades especiais para que os alunos compreendam e possam respeitar as diferenças levando-os a compartilhar a harmonia, além da experiência com o novo.

Valorizar cada especificidade do alunado, usar métodos e também a criatividade quando os métodos não forem suficientes para (re)descobrir o potencial de cada um é dar condição para que o trabalho produza resultados eficientes. Trabalhar com projetos políticos pedagógicos eficazes, propor transformações nos cursos de formação de professores incluindo disciplinas e/ou conteúdos mais específicos relacionados à educação especial e inclusiva é também muito importante.

Não bastando apenas propostas, vale mencionar que o cotidiano escolar inclusivo é aquele que, respeitando as diferenças constitutivas, consegue crescer e desenvolver sucessivos triunfos. O trabalho do professor é árduo e complexo, deve prestar um grande esforço para que o aprendizado seja significativo, apesar de esbarrar nas condições de trabalho de péssima qualidade. A desvalorização do professor no Brasil, principalmente após a política neoliberal de mercantilização do ensino auxiliada pelo governo de Collor e Fernando Henrique Cardoso nos faz repensar no exercício da profissão de educador, quanto mais no ramo que diz respeito à educação inclusiva que requer um cuidado e disposição de serviços para que esta se coloque plenamente a serviço de todos.

Os baixos salários, excesso de alunos aliados a uma falta de infra-estrutura são apenas um dos obstáculos para o profissional de educação, que fica desacreditado no exercício da sua profissão. Cria-se, muitas vezes, o problema de baixa auto-estima e frustração do profissional que acaba por influir no resultado da aprendizagem dos alunos.

Propondo melhorias para os professores exemplificamos reformas vinculadas na formação dos professores, valorização e reconhecimento destes com uma remuneração que condiz com seu trabalho, com sua formação e seus esforços, além de incentivos e elaboração de políticas públicas voltadas à educação de qualidade e não de sucateamento desta.

Metas e planos baseados num aprendizado concreto e autonomia dos professores para colocar tal aprendizado em prática e que a mesma não seja para atender o caráter e as especificações de mercado, que não seja fragmentada no objetivo de formar apenas mão-de-obra barata a serviço do capitalismo, mas que se valha da formação continuada na tentativa de envolver todos os cidadãos e seus direitos são transformadores.

O professor como um ser ativo, não pode esquecer que as diferenças existem em todas as relações interpessoais, mas que é possível, mesmo com obstáculos, construir, formar pessoas e obter êxito na sua profissão.

Com o prisma da educação inclusiva tão em foco, constatamos que não somente os formandos em Pedagogia devem ter a especialização para trabalhar com diferenças e sim todos aqueles que estão inseridos num curso de licenciatura. Neste caso, o currículo do professor com flexibilidade de responder a heterogeneidade do alunado, que atende a perspectiva de que cada um tem um perfil, renuncia o currículo tradicional baseado num ensino universal e coloca em prática uma pedagogia disposta a atender a pluralidade.

Fazendo uso destas atribuições, uma reforma englobando não somente na área escolar como também a sociedade em geral, pensamos numa reforma nos currículos com maior carga horária para discutir sobre a inclusão.

Como a educação inclusiva se trata de uma questão política, entendemos que, além de inserir as pessoas com necessidades especiais, dar subsídios para que estas tenham a oportunidade de aprender como qualquer outra, faz parte de uma das idéias que colocamos como diálogo para um novo currículo.

Tratando-se, por exemplo, de alunos surdos/mudos, disponibilizar profissionais especialistas em Libras (Língua Brasileira de Sinais). Tratando-se de pessoas com problemas motores, apropriá-los com instrumentos no qual necessitam para ter a possibilidade de se desenvolver adequadamente. Para cegos, ter possibilidade de acesso a livros em Braille (sistema de leitura para cegos), enfim, disponibilizar recursos financeiros no intuito de promover a inclusão de todos os tipos de necessidades. Levar em conta que a inclusão é algo vivido pelo cotidiano escolar e acontece na mudança e nas transformações na escola.

O educador, como ponte da prática educativa, ajuda a demonstrar aos alunos que, por mais que haja diferenças, todos devem ser tratados com respeito e que, perante a lei todos são iguais. Mediar, a fim de evitar discriminações existentes, ter uma postura para batalhar contra o preconceito nas relações do grupo, pois é presente e vivido nas escolas tais atitudes preconceituosas seja de religião, classe social, cor de pele, etc...

O diferente é visto como o anormal e assim discriminado na escola por não se ajustar no padrão tecido nesta e difundido pela mídia. Daí o sujeito estigmatizado criar suas formas de defesa para se adaptar ao meio. Estas são as chamadas *“técnicas com que a personalidade total opera para manter o equilíbrio intrapsíquico, eliminando uma fonte de insegurança, perigo, tensão ou ansiedade”* (Bleger,1977, apud AMARAL, 1994, p.2).

A aprendizagem deve acontecer baseada na cooperação, combatendo o preconceito e trabalhando a adaptação do currículo em prol das particularidades da turma ou do grupo, vislumbrando a melhoria e o sucesso em cada necessidade educacional. É imprescindível preparar os alunos atuando diretamente nas dificuldades de cada um sem ignorar suas deficiências nem as ampliando de forma que as aulas se focalizem apenas no aluno com necessidades especiais.

O relacionamento das crianças com deficiências na classe regular é um passo para formar uma sociedade mais inclusiva. O acolhimento diário adicionado ao conhecimento da deficiência para melhor preparação do professor contribui para a diminuição do preconceito, na medida em que se faz entender a heterogeneidade do alunado em sua escola.

A vivência ressignifica as distinções, pois mobiliza não somente o professor a modificar sua metodologia e planos, como também a turma, que se adequará a esta realidade, compartilhará as diferenças para ver o outro não como distinto e, neste caso, um obstáculo ou uma ameaça, mas sim se comportar aceitando suas especificidades tratando-o com igualdade e afeto.

A marca do preconceito advém desde épocas distintas e isso nos faz refletir o quanto é difícil trabalhar com o preconceito. Travar uma luta pela retirada do estigma que está enraizado pela história da sociedade é o grande alvo da inclusão.

O professor adotando uma filosofia de educação que entenda a seriedade de batalhar para abolir o preconceito com o diferente e trabalhar os conteúdos sem receio do aprendizado dos alunos, pois cada qual tem seu potencial, também se prepara para lidar com situações inusitadas acreditando que a pessoa com necessidade especial não atrapalhará a aprendizagem dos outros alunos e sim complementar a educação.

A aceitação do diferente nem sempre é fácil. Muitos alunos e até mesmo professores criam barreiras quando se trata de lidar com o diferente. Observa-se a rejeição com o diferente em vários aspectos quando se trata de uma mudança ou quando o assunto é suportar alguma situação que foge ao entendimento. Frequentemente se gera um sentimento de recusa frente a uma condição nova e para passar por situações que foge ao conhecimento adquirido, inúmeras vezes o preconceito se emprega pela limitação do conhecimento frente a tais situações.

Essa limitação não é positiva só aumentando a estigmatização do indivíduo que não se encaixa no protótipo de normalidade elaborado pela sociedade. As pessoas, assim como os alunos, possuem suas diferenças, suas características de personalidade e comportamento. Existem aqueles que têm um problema físico, motor, sensorial ou até mesmo sofre com algum problema que requer uma atenção maior por parte dos professores e do seu programa educacional. Desta forma, o objetivo a alcançar é que o professor se adeque ao ritmo de tal aluno e trabalhe no intuito de entender tal necessidade, continuamente.

Historicamente observamos um rico avanço no que diz respeito às políticas públicas, convenções, conselhos e declarações focalizando a questão da educação especial e

inclusiva. A intenção e o comprometimento e a instrução da sociedade para que inclua, sem preconceitos, as pessoas com necessidades especiais.

Neste sentido, temos como exemplo a Declaração Internacional de Montreal no qual baseia-se na acessibilidade dos excluídos promovendo a inserção destes com políticas de inclusão, como também, encontram-se configurado as demandas da inclusão na Declaração de Salamanca, das Nações Unidas englobando em suas ações a garantia de que a educação inclusiva faça parte do sistema educacional.

2.2 Destaques da Declaração de Salamanca

Referente a Declaração de Salamanca observa-se o empenho de vários representantes para que a inclusão ocorra. Como exemplo podemos citar os seguintes trechos:

“Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.”

Este parágrafo nos dirige à preocupação de membros da Conferência Mundial para o grande avanço na educação, a percepção de que a educação deve se basear numa educação para todos no sistema regular de ensino, sem restringir as necessidades seja de natureza física, mental ou sensorial .

“O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de

educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.”

A expressão e respeito dos direitos das crianças com qualquer deficiência tem utilidade de valorizá-la, intensificar seus merecimentos e consequentemente aumentar sua autoestima.

“No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa.”

Neste sentido, um plano de aula voltado para o aluno diminui as diferenças na classe subtraindo as dificuldades que a criança, o jovem e os discentes em geral apresentam no decorrer dos anos no percurso escolar.

“Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.”

A deficiência não deve ser vista como um impedimento no meio educativo. A junção da participação entre comunidades, membros da escola e pessoas que estão inseridas na escola, pode ser um ponto de partida de um suporte educativo que oriente o aluno para integrá-lo na escola e se constituir um cidadão pleno.

“A educação especial deveria ser integrada dentro de programas de instituições de pesquisa e desenvolvimento e de centros de desenvolvimento curricular. Atenção especial deveria ser prestada nesta área, a pesquisa-ação locando em estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem. Professores deveriam participar ativamente tanto na ação quanto na reflexão envolvidas em tais investigações. Estudos-piloto e estudos de profundidade deveriam ser lançados para auxiliar tomadas de decisões e para prover orientação futura. Tais experimentos e estudos deveriam ser levados a cabo numa base de cooperação entre vários países.”

Logo, uma das propostas da educação inclusiva se fundamenta no amoldamento curricular, desempenhada transversalmente a partir da atuação de um grupo multidisciplinar que apresenta suporte tanto para a pessoa com necessidade especial, quanto ao professor por meio do acompanhamento e estudos com o intento de incluir todos na rede regular de ensino.

2.3 Leis, Estatutos e Convenções para a inclusão

Inclusão é viver harmonicamente no ambiente que demonstre respeito a todos. Para reforçar essa idéia é que se desenvolveram leis, decretos e declarações. Na Constituição Federal de 1988 há diversos artigos que lidam com a inclusão. Quando fala que a inclusão é direito de todos e que o Estado deve garantir a entrada dos alunos nas escolas nos remete a noção de que, baseado nas leis, todas as pessoas devem ter acesso à educação e devem se beneficiar com tal direito, reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando o mesmo diz:

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Além disso, no artigo cinquenta e quatro que descreve sobre o processo pedagógico, o ECA menciona que, para aqueles com alguma deficiência, o atendimento e ensino será realizado preferencialmente na rede regular.

Verifica-se a reafirmação da inclusão na Lei das Diretrizes e Bases (LDB) quando em um trecho instrui que o ensino deve se adaptar às especificidades do alunado e ao seu ritmo de aprendizagem. Esta premissa é ratificada pelo MEC quando este adverte que a educação de qualidade deve prestar serviço a todos.

A LDB reafirma a idéia de que a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares é importante para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Nesta é colocado que, na medida em que for necessário, haverá reforço educativo, apoio especial para integrar tais pessoas já que a intenção é que todas tenham acesso à educação e as informações igualmente.

Com relação a formação de professores fica explícito, pela LDB, que os profissionais de educação deverão ter condições de trabalhar de acordo com as diversidades dos alunos.

A convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 26 de maio de 1999, ocorrida na Guatemala, também é um dos exemplos de crescimento de políticas públicas em relação a inclusão. Este encontro, baseado na discussão contra o preconceito para com as pessoas com necessidades especiais, inclui em seus artigos, relatos contra a discriminação num parecer que diz que qualquer restrição que prive o reconhecimento das pessoas com necessidades especiais de seus direitos está cometendo uma forma de preconceito que não pode ser aceito. Nos demais artigos ficam explícitos a necessidade de erradicar o preconceito e relata os objetivos para que isso ocorra.

Conforme a Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a metodologia e os meios empregados na escola se adequarão a realidade da pessoa com necessidade especial cabendo a escola buscar os mecanismos fundamentais para suas dificuldades e deficiências.

2.4 A participação e influência da família

A família, assim como a escola, ocupa um papel muito importante na educação e desenvolvimento da pessoa com necessidade especial. Ela compõe a formação do cidadão e influencia no caráter de todos. Ela é a base de construção de nossos conhecimentos e o primeiro grupo social do qual o ser humano faz parte.

Cada um, em seu seio familiar aprende e constrói valores. Cabe à família da pessoa com necessidade especial o acolhimento e proporcionar recursos visando a inserção da pessoa com necessidade especial na sociedade.

A desenraização do preconceito de todas as formas como este é apresentado, deve ser desconstruído na família, pois, antes mesmo de ingressarmos na escola, é na família que constituímos idéias de educação.

Como a família influencia na dinâmica escolar do aluno e também na sua personalidade, é comum verificar que seu desempenho, sua inércia ou sucesso vai depender do seu relacionamento e convívio familiar. Se a família der condições para a busca de sucesso, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com necessidades, o resultado será eficaz, bem como se a família não apóia e desacredita no potencial e na capacidade do aluno com dificuldade, este tem grande chance de desanimar e se enfraquecer na busca pela superação dos desafios.

A chegada de uma criança com necessidade especial traz tensão para os pais. É certo que eles não esperam e por isso a insegurança, o medo. As vagas informações pertinentes à sua dificuldade e deficiência, seja ela qual for, leva os pais a uma grande preocupação e angústia. Estes irão reagir “*com a bagagem cultural que pertence, com o colorido do meio ambiente no qual vive*” (KRYNSKI, 1983, p 229).

Muitas são as indagações: Por que aconteceu comigo? Como cuidar desta criança? Como será o seu futuro? Muitas perguntas surgirão, algumas com o tempo serão desvendadas, outras não.

Em alguns casos a deficiência pode ser diagnosticada na gravidez, como por exemplo, no caso da mulher grávida com rubéola – o exame para se detectar se o bebê será deficiente pode ser feito durante a gravidez, mas em muitos casos não há esta possibilidade,

pois são causados por acidentes. outros não. Um dos caminhos para a família é agir com paciência e aceitar o filho e sua necessidade especial.

Através de pesquisas, foi visto que num primeiro momento a mistura de sentimentos, de revolta e de culpa surge, no caso, variando de pessoa para pessoa com maior ou menor intensidade.

Compreender que estes sentimentos são normais frente a situações novas e não exploradas antes é muito importante. Trabalhar a gama de sentimentos e emoções gerada é realmente um desafio.

Passada a fase de revolta e medo, após um conhecimento e a consciência da necessidade especial, busca-se a cura da deficiência. Em muitos casos, não há cura. Por isso, vale ressaltar que ter conhecimento para designar o tratamento mais adequado para o tipo de dificuldade acreditamos ser uma atitude madura e equilibrada.

O conhecimento da dificuldade cria uma dinâmica diferente na família que passa do estágio do desespero, num primeiro momento ao lidar com a nova situação e com o “diferente” para, após essa fase, se adequar às necessidades do filho estudando seus problemas e buscando incluí-lo cada vez mais em seu cotidiano. Leva em conta não só a necessidade de inclusão da pessoa no cotidiano, mas também o esforço contínuo para o sucesso tornar-se uma das prioridades da família visto que as barreiras e dificuldades não são mais o foco da atenção. A família já esclarecida deseja preparar seu filho da melhor maneira para encarar a vida adulta com independência. Enfim, a superação acontece na aceitação da deficiência que demanda tempo e vai de acordo com cada família nas suas especificidades, seus dilemas, fracassos e sucessos. Cada um num tempo único para caminhar em suas rotinas deparando-se com o novo, um integrante da família com uma necessidade especial.

Uma família poderá se adaptar mais rapidamente, construir suas rotinas incluindo a pessoa com necessidade especial de forma realista e eficaz, outras famílias nem tanto. Precisarão até mesmo de apoio profissional para que as dificuldades sejam amenizadas.

É na família, primeiro grupo a que pertencemos, que somos instruídos a viver em sociedade, que passamos a conhecer os obstáculos do convívio social e os limites de cada indivíduo. Encarar a necessidade de forma realista, manter sempre que possível o diálogo e

a troca de experiências com pais e famílias que viveram/vivem situação semelhante é uma alternativa para adaptação e superação, para a vivência harmônica no ambiente familiar e conseqüentemente no ambiente social da pessoa com necessidade especial.

2.5 Escola especial X Escola regular

A escola especial serve para complementar o atendimento às pessoas com necessidades especiais. Algumas deficiências graves são tratadas nas escolas especiais no intuito de promover a interação das pessoas com necessidades especiais.

A escola especial é aquela especializada para atender pessoas com alguma deficiência. A instituição trabalha exclusivamente com pessoas com tais necessidades.

Certas escolas, por exemplo, dão assistência excepcionalmente para cegos, outras acolhem surdos e mudos e até há aquelas que atendem a alunos com múltiplas deficiências. Este sistema educacional não trabalha como a educação regular, ele lida apenas com alunos com necessidades especiais. Estes contam, além do professor, com um grupo de profissionais como, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas educacionais e até mesmo neurologistas oferecendo apoio necessário e especializado para cada caso.

Como foi apresentado nos estudos históricos, há muitos anos a educação especial está vigente e se faz presente em instituições já mencionadas, porém a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares é uma superação adquirida com muita luta que vem se aprimorando gradativamente.

Considerando que ainda existe muita discriminação nas escolas regulares, muitos pais acabam por optar em matricular seus filhos em escolas especiais, visto que estas contam com aparelhamento e profissionais qualificados para esta aprendizagem específica.

Um sistema de ensino transformador, com práticas pedagógicas significativas para a inclusão, que não separe educação especial de educação regular, é o objetivo da inclusão. Ambas devem se modificar para atender seus alunos, mesmo que para isto deva ter que transformar a sua rotina.

A escola especial deve ser uma opção e deve caminhar no intuito de desenvolver pedagogias que excluam o preconceito e atendam a diversidade prestando acolhimento de qualidade para todos.

Para que haja a inclusão um dos parâmetros é propor mudança e isto requer auxílio e uma luta frente à cultura da escola e seus paradigmas.

Recomendamos que os professores, diretores e os que compõem a escola tenham um perfil inovador, aceitando a heterogeneidade e a mudança de procedimento/metodologia, quando for necessário.

A escola que fornece um aparato, uma condição e um método baseado no cotidiano que respeita a individualidade de seus alunos, recebe aqueles com necessidades especiais com mais facilidade sem ter que mudar muito seus hábitos e suas atividades.

Acreditamos que nas escolas - sejam elas com grande número de alunos ou com uma concentração menor destes - as dificuldades de aprendizagem serão parte de um cotidiano. Em dado momento, o professor se deparará com algum aluno que precisará de atenção especial, seja de ordem psicológica, sensorial, motora, etc... Cabe a escola e seus funcionários se prepararem para esta realidade.

Durante o processo de escolarização observa-se a separação da escola regular das escolas especiais. Até mesmo na formação acadêmica podemos corroborar essa premissa. Verificamos isso pela dissociação entre docentes especializados para tratar dos alunos com necessidades especiais daqueles formados para lidar com alunos ditos “normais”.

Há aqueles que defendem uma escola regular inclusiva fundamentando a idéia de que esta auxilia os alunos a conter o preconceito já que todos os alunos vivenciarão as diferenças na realidade escolar fazendo parte de seu cotidiano e, há os que defendem a escola especial fundamentando a idéia de que a escola especial estaria plenamente disposta para dar reforço e apoio aos alunos com necessidades especiais.

A postura que tomamos é que, de nada adianta “colocar” um aluno com necessidade especial na escola regular sem dar o mínimo de sustento/auxílio para seu aprendizado, sem fornecer os subsídios necessários para a aprendizagem. O ensino especializado bem como o regular modificado para a pedagogia inclusiva, com as informações e os aparatos pertinentes a injeção, tem grandes chances de propagar este ideal de inclusão. Para tanto,

conta com a participação dos componentes da escola, visando uma proposta metodológica adequada aos professores e favorável também para os alunos e que esta, seja ela regular ou especializada, cumpra seu papel de cidadania e desenvolvimento de todos.

3 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1 A moldura de um currículo

Como vem sendo apresentado, a postura do professor em relação ao aprendizado da pessoa com necessidade especial é muito importante. Foi dito também que a escola, como aquela que promulga o conhecimento, tem o domínio de adequar seus currículos de acordo com as possibilidades de seus alunos.

As metas e objetivos do curso adaptando-se de acordo com o aluno, respeitando seu tempo para aprender será continuado e caracterizado pela realidade que estes vivem. Para tanto, modificar os planos de aula toda vez que o caminho percorrido não levar a aprendizagem de fato é um dos entraves para o professor que está habituado com currículos fechados. Por isso é tão importante que o educador esteja aberto à mudança no intuito de alcançar os objetivos finais de aprendizagem.

A escola inclusiva se forma com um currículo aberto a apropriações advindas das especificidades dos alunos, aqueles que necessitam de um apoio especial para o sucesso, pois:

Certamente, não se constrói um currículo de forma apriorística, através de planilhas rígidas e objetivos estereotipados. Ele é vivo, produto de uma construção coletiva, vivenciado no cotidiano da educação. Há muito o que fazer, portanto, para que o “fazer pedagógico” dos professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educativas especiais possa ser aperfeiçoado (OLIVEIRA & ABREU, 2003, apud GLAT, 2007, p.39).

Os currículos que não estão abertos a modificações de acordo com a demanda das necessidades especiais de seu alunado tem grandes chances de ser acessível a exclusão, pois um currículo fechado rotula os alunos numa metodologia que não compreende que a aprendizagem de cada um exige um ritmo diferenciado.

Quando falamos de inclusão não queremos apenas focalizar a atenção nas pessoas com necessidades especiais. Deve-se, em primeiro lugar, adequar a escola dando a atenção necessária para envolver seus alunos numa metodologia eficiente aceitando a singularidade de cada um avigorando seus pontos fortes no objetivo de motivá-los.

Fazer mudanças não apenas nas pautas e métodos da forma de apresentação curricular da escola mas também as mais complexas que alteram a política administrativa na mesma vão ao encontro das prioridades e artifícios de inclusão.

Em suma, as adequações de currículo baseiam desde o tempo proveniente para que o aluno aprenda até a transformação do conteúdo, sendo importante a participação e sugestão de todos que estão inseridos na escola numa gestão democrática. Que fique explícito o objetivo e as propostas de inclusão. O acesso para todos é de total importância, conseqüentemente, as adaptações nos currículos são para transpor as barreiras da interação.

3.2 Os distúrbios de aprendizagem e as propostas de práticas pedagógicas

Os distúrbios de aprendizagem aparecem devido a condições orgânicas do indivíduo, todavia, se a qualidade da prática pedagógica for atribuída na escola e fora dela, há uma ampla possibilidade de desenvolvimento deste sujeito para superação desta necessidade especial.

De acordo com a Learning Disabilities Association of America LTDA (Associação Americana para distúrbios de aprendizagem), um distúrbio de aprendizagem é um transtorno neurológico que afeta um ou mais processos psicológicos envolvidos na compreensão ou no uso da linguagem falada ou escrita, que se pode manifestar em uma dificuldade de ouvir, organizar pensamento, ler, escrever, soletrar ou calcular. (LDA, 2005, apud GLAT, 2007, p.69).

Convém mencionar nesta pesquisa alguns distúrbios de aprendizagem. A aprendizagem depende de diversos fatores como o orgânico, social, afetivo e na medida em que ocorre um desequilíbrio de um desses fatores há risco de que a aprendizagem seja dificultada.

Quando se trata de dificuldade de aprendizagem um dos caminhos para solucionar o problema é mudar o método de aprendizagem e/ou fazer uma avaliação psicológica para listar o que está realmente impedindo a aprendizagem, ou seja, verificar as condições que estejam prejudicando a aprendizagem, observar se é de caráter definitivo ou de forma temporária.

Seriam alguns exemplos de possíveis causas de distúrbios de aprendizagem:

A dislexia que é um impedimento na leitura e escrita que muitas vezes é descoberta na escola na época da alfabetização. O aluno que apresenta a dislexia tem dificuldade para assimilar símbolos, gráficos, fonemas.

A disgrafia caracterizada pela dificuldade na escrita. Ela pode comprometer até a caligrafia da pessoa.

A discalculia que se compreende pela dificuldade para entender as operações matemáticas como o raciocínio lógico, afetando as rotinas que utilizam a matemática.

O autismo é caracterizado por uma desordem na qual um indivíduo não pode desenvolver relações sociais normais, se comporta de modo compulsivo e ritualista, e geralmente não desenvolve inteligência “normal”.

Podemos citar também a hiperatividade que tem causas bioquímicas e neurológicas, além de causas sócio-ambientais, sendo classificada em três tipos: desatento, hiperativo/impulsivo e tipo combinado, bem como a síndrome de Down que é um distúrbio genético de comprometimento da desenvoltura cognitiva do indivíduo ocasionado pelo cromossomo vinte e um.

Para a deficiência mental, por exemplo, não existe cura, a mesma se caracteriza por um déficit de inteligência conceitual, prática e social, prejudicando assim aspectos ligados ao dia-a-dia da pessoa com tal deficiência. Um exemplo é a microcefalia (caracterizada pelo tamanho do cérebro ser menor que o normal ou quando do tamanho normal não trabalha efetivamente).

A lesão cerebral causada pela rubéola (transmitida via respiração) quando acontece na gravidez pode causar aborto, parto prematuro, má formação do feto, microcefalia, etc ou pela meningite (infecção cerebral causada por bactérias e hidrocefalia), por exemplo.

Tem ainda a deficiência visual que pode ocorrer em dois tipos, os que tem cegueira total ou aqueles que tem visão subnormal (reduzida).

Sobre a deficiência múltipla podemos dizer que ela ocorre quando uma pessoa possui dois ou mais comprometimentos de deficiência primária, como por exemplo, deficiência física com mental, deficiência visual com auditiva, deficiência visual e física, deficiência mental e auditiva, deficiência mental e visual, deficiência auditiva e física podendo nesta combinação o tipo de deficiência variar de intensidade sendo mais ou menos severa. Com isso o trabalho para resgatar a auto-estima e inserção de uma pessoa com tal dificuldade é bem mais complexo e delicado.

As altas habilidades são alunos com culminante desempenho nas suas tarefas, têm altos talentos e habilidades.

As condutas típicas são alterações comportamentais que prejudicam o relacionamento social da pessoa que apresenta esse quadro. São aqueles que possuem alguma síndrome ou possuem alguma alteração psicológica ou neurológica. Como condutas típicas temos, o exemplo da dificuldade de manter a atenção focalizada num assunto e para seguir instruções, bem como a falta de controle dos impulsos e uma das mais conhecidas: a hiperatividade (inquietação que compromete os estudos).

Essas dificuldades de aprendizagem se apresentam de acordo com aspectos emocionais, mentais e/ou neurológicos e chega a afetar sua capacidade cognitiva.

No entanto, as dificuldades apresentadas por tais distúrbios poderão ser superadas se acompanhadas de uma prática pedagógica consistente. Organizar projetos de participação da turma com a finalidade do docente interagir com o grupo de sua turma para conhecer os discentes é um meio para investigar seus interesses, dificuldades e desafios.

Do mesmo modo, é importante a formação de professores abertos para modificar a trajetória do ensino de acordo com a necessidade e dificuldade do aluno. Tendo uma competência flexível o professor traz seu planejamento suprimindo as carências vividas em sala de aula.

A heterogeneidade está presente em todas as escolas e classes, cotidianamente o professor tem que superar a dificuldade de implantar o conhecimento com as diversas formas e ritmos particularizados em cada indivíduo, pois a escola está composta por

peessoas de diferentes realidades, personalidades, metas e expectativas. Glat (2007) ratifica esta postura:

A escola cabe a responsabilidade de criar um ambiente inclusivo, atento as diferenças: temos alunos diferentes entre si, mas que são diferentes também dos alunos que nós fomos, porque vivem em uma sociedade diferente. Habilidades como atenção, memória, percepções são importantes para a aprendizagem, desde que o ensino seja significativo para o aluno. (p.72 e 73)

A proposta pedagógica que escolhemos se fundamenta na possibilidade da aprendizagem que coloca o aluno para compreender situações problema e o leva a buscar uma resolução. Visa também a fazer com que o aluno perceba que não é viável ficar apenas passível aos comandos do professor e sim, questionar, criticar, duvidar para organizar pensamentos/fundamentos e estabelecer relações de conhecimento.

A escola que mantém uma proposta pedagógica sem incluir as idéias dos alunos, arraigada por métodos de respostas prontas, não forma pensadores e nem trabalha para a inclusão, pelo contrário, acreditamos que tece uma perspectiva de hierarquia onde o professor é o detentor e transmissor da sabedoria e o aluno será aquele que vai absorver informações sem contestar, será apenas mero repetidor e não pensador.

Construir atividades lúdicas para aplicar a matéria, utilizando outros meios para explicação é bem interessante, pois foge dos padrões tradicionais e estabelece um interesse maior no conteúdo ensinado.

Usar as diversas formas de aprendizagem da matéria é importante para todos os tipos de alunos, os que têm dificuldades e os que não têm, pelo fato de trabalhar formas diversificadas de lidar com problemáticas da aprendizagem além de ampliar a interação dos alunos com o objeto de estudo. É válida também uma proposta pedagógica e inclusiva de distribuição de alunos com distúrbios de aprendizagem em grupos com alunos sem tais distúrbios, assim os mesmos poderão trocar informações entre si e aprender uns com os outros, uma vez que grupos heterogêneos facilitam o intercâmbio de conhecimento e ajudam a extirpar o preconceito com as diferenças.

A proposta pedagógica de inclusão não se trata apenas de agrupar alunos sem voltar nenhuma atenção para isto, como já foi mencionado anteriormente. Todavia, convém ratificar que quando a escola dispõe de materiais para a inclusão, como por exemplo,

modificar estruturalmente uma sala de aula e/ou corredores para receber um aluno de cadeira de rodas; dispor de biblioteca com livros em Braille; confeccionar materiais em auto-relevo para possibilitar a inclusão de alunos com deficiência visual; apresentar o uso de calculadora, ábaco ou blocos lógicos para alunos com discalculia; organizar tempo e atividades para alunos hiperativos colocando-os para se movimentar dentro e fora de sala, propõem, igualmente, condições que auxiliem o desenvolvimento e desempenho de alunos com necessidades educacionais e isto é tarefa não só do professor mas sim das escolas em geral.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O objetivo desta monografia foi deixar um subsídio para a educação inclusiva e com isso descrevo propostas para que esta seja construída paulatinamente no contexto escolar e na sociedade.

Logo no início, apresenta-se o histórico e propostas para inclusão, aliás, todo o tema é baseado em propostas para inclusão. Não visando ser repetitiva, mas sim enfática, o texto sempre remete a uma reflexão sobre passos advindos da inclusão. Também houve a discussão sobre o papel do professor e sua influência nas relações e como este é importante na construção de valores éticos.

Neste contexto também foram relatadas as leis que servem de apoio para verificar as mudanças ocorridas para incluir pessoas com necessidades especiais.

Seguramente não tenho o anseio de finalizar a discussão sobre a inclusão. Debater sobre ela foi o objetivo principal desta monografia. Deixar em aberto todo o debate para não fechar, nem esgotar o caminho para a inclusão foi a aspiração e inspiração, uma vez que o caminho da inclusão tende a crescer e se fortalecer ainda mais.

Numa sociedade tão preconceituosa como a nossa, a pretensão foi demonstrar que a inclusão pode ser uma realidade nas escolas. A finalidade foi deixar uma pesquisa que desse apoio para professores, coordenadores, diretores, funcionários, pais, enfim, para todo aquele que, muitas vezes, estão desinformados ou pouco esclarecidos e tendem a rejeitar as propostas da educação inclusiva.

Acreditamos que as pessoas antes de ter necessidades educativas especiais são seres humanos dotados de inúmeras possibilidades e com um grande potencial a ser trabalhado.

O pressuposto da pesquisa foi demonstrar a importância do convívio da pessoa com necessidade especial entendendo que se pode trocar experiências válidas e, portanto, contínuas. Bem cita Paulo Freire “ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p.79) e o trabalho foi baseado neste pressuposto, onde a inclusão é vista como uma troca de aprendizagens onde todos são

educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto mediados pelo mundo que em sua grandeza contém diversidades.

Assim, abranjo aqui também, o desejo de modificar a estrutura da formação de professores no âmbito da inclusão. Tal formação, se voltada num estudo baseado na inclusão de todos que têm necessidades especiais, amparada pelo contexto social e a visão de mundo atual, coopera significativamente para uma vivência de inserção de todos na sociedade.

Estabelecer espaços escolares inclusivos, apropriar os espaços físicos para atender a demandas de acesso é criar perspectivas de acolhimento aos alunos com necessidades especiais. Não somente repaginar o espaço físico, mas compreender que é preciso ter competência e formação constante do professor para que este possa entender que a educação de pessoas com necessidades especiais não seja vinculada ao assistencialismo mas busca a aprendizagem de sucesso com planos e metas, projetos políticos pedagógicos elaborados para o aluno obter desenvolvimento.

ANEXO

Declaração de Salamanca

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial (Salamanca - 1994)

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que: - toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, - toda

criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, - sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, - aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, - escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: - atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. - adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. - desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. - estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. - encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais. - invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva. - garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

4. Nós também congregamos a comunidade internacional; em particular, nós congregamos: - governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras

internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial: - a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais; - As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF: - a reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial; - organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviço nos países; - a reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva; - UNESCO, enquanto a agência educacional das Nações Unidas; - a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros; - a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidade educacionais especiais. - a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração. - a mobilizar FUNDOS através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo. 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

5. Por último, expressamos nosso caloroso reconhecimento ao governa da Espanha e à UNESCO pela organização da Conferência e demandamo-lhes realizarem todos os esforços no sentido de trazer esta Declaração e sua relativa Estrutura de Ação da comunidade mundial, especialmente em eventos importantes tais como o Tratado Mundial de Desenvolvimento Social (em Kopenhagen, em 1995) e a Conferência Mundial sobre a

Mulher (em Beijing, e, 1995). Adotada por aclamação na cidade de Salamanca, Espanha, neste décimo dia de junho de 1994.

ESTRUTURA DE AÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Introdução

1. Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial. A Estrutura de Ação baseia-se fortemente na experiência dos países participantes e também nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e outras organizações inter-governamentais, especialmente o documento “Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência”. Tal Estrutura de Ação também leva em consideração as propostas, direções e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial.

2. O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

3. O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas,

crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

4. Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o

enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente conseqüências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que "um tamanho serve a todos". Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.

5. Esta Estrutura de Ação compõe-se das seguintes seções:

I. Novo pensar em educação especial

II. Orientações para a ação em nível nacional:

A. Política e Organização

B. Fatores Relativos à Escola

C. Recrutamento e Treinamento de Educadores

D. Serviços Externos de Apoio

E. Áreas Prioritárias

F. Perspectivas Comunitárias

G. Requerimentos Relativos a Recursos

III. Orientações para ações em níveis regionais e internacionais

6. A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrutamento e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo

da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é melhor alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. Ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade.

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

8. Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infreqüentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças.

9. A situação com respeito à educação especial varia enormemente de um país a outro. Existem por exemplo, países que possuem sistemas de escolas especiais fortemente estabelecidos para aqueles que possuam impedimentos específicos. Tais escolas especiais podem representar um valioso recurso para o desenvolvimento de escolas inclusivas. Os profissionais destas instituições especiais possuem nível de conhecimento necessário à identificação precoce de crianças portadoras de deficiências. Escolas especiais podem servir como centro de treinamento e de recurso para os profissionais das escolas regulares. Finalmente, escolas especiais ou unidades dentro das escolas inclusivas podem continuar a prover a educação mais adequada a um número relativamente pequeno de crianças portadoras de deficiências que não possam ser adequadamente atendidas em classes ou escolas regulares. Investimentos em escolas especiais existentes deveriam ser canalizados a este novo e amplificado papel de prover apoio profissional às escolas regulares no sentido de atender às necessidades educacionais especiais. Uma importante contribuição às escolas regulares que os profissionais das escolas especiais podem fazer refere-se à provisão de métodos e conteúdos curriculares às necessidades individuais dos alunos.

10. Países que possuam poucas ou nenhuma escolas especial seriam em geral, fortemente aconselhados a concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados - em especial, provisão de treinamento de professores em educação especial e estabelecimento de recursos adequadamente equipados e assessorados, para os quais as escolas pudessem se voltar quando precisassem de apoio - deveriam tornar as escolas aptas a servir à vasta maioria de crianças e jovens. A experiência, principalmente em países em desenvolvimento, indica que o alto custo de escolas especiais significa na prática, que apenas uma pequena minoria de alunos, em geral uma elite urbana, se beneficia delas. A vasta maioria de alunos com necessidades especiais, especialmente nas áreas rurais, é conseqüentemente, desprovida de serviços. De fato, em muitos países em desenvolvimento, estima-se que menos de um por cento das crianças com necessidades educacionais especiais são incluídas na provisão existente. Além disso, a experiência sugere que escolas inclusivas, servindo a todas as crianças numa comunidade são mais bem sucedidas em atrair apoio da comunidade e em achar modos imaginativos e inovadores de

uso dos limitados recursos que sejam disponíveis. Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.

11. Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação. Portanto, um esforço concentrado é requerido no sentido de se promover a alfabetização e o aprendizado da matemática e de habilidades básicas às pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação de adultos. Também é importante que se reconheça que mulheres têm freqüentemente sido duplamente desvantajadas, com preconceitos sexuais compondo as dificuldades causadas pelas suas deficiências. Mulheres e homens deveriam possuir a mesma influência no delineamento de programas educacionais e as mesmas oportunidades de se beneficiarem de tais. Esforços especiais deveriam ser feitos no sentido de se encorajar a participação de meninas e mulheres com deficiências em programas educacionais.

12. Esta estrutura pretende ser um guia geral ao planejamento de ação em educação especial. Tal estrutura, evidentemente, não tem meios de dar conta da enorme variedade de situações encontradas nas diferentes regiões e países do mundo e deve desta maneira, ser adaptada no sentido ao requerimento e circunstâncias locais. Para que seja efetiva, ela deve ser complementada por ações nacionais, regionais e locais inspirados pelo desejo político e popular de alcançar educação para todos.

II. LINHAS DE AÇÃO EM NÍVEL NACIONAL

A. POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO

13. Educação integrada e reabilitação comunitária representam abordagens complementares àqueles com necessidades especiais. Ambas se baseiam nos princípios de inclusão, integração e participação e representam abordagens bem-testadas e financeiramente

efetivas para promoção de igualdade de acesso para aqueles com necessidades educacionais especiais como parte de uma estratégia nacional que objetive o alcance de educação para todos. Países são convidados a considerar as seguintes ações concernentes a política e organização de seus sistemas educacionais.

14. Legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados.

15. Medidas Legislativas paralelas e complementares deveriam ser adotadas nos campos da saúde, bem-estar social, treinamento vocacional e trabalho no sentido de promover apoio e gerar total eficácia à legislação educacional.

16. Políticas educacionais em todos os níveis, do nacional ao local, deveriam estipular que a criança portadora de deficiência deveria freqüentar a escola de sua vizinhança: ou seja, a escola que seria freqüentada caso a criança não portasse nenhuma deficiência. Exceções à esta regra deveriam ser consideradas individualmente, caso-por-caso, em casos em que a educação em instituição especial seja requerida.

17. A prática de desmarginalização de crianças portadoras de deficiência deveria ser parte integrante de planos nacionais que objetivem atingir educação para todos. Mesmo naqueles casos excepcionais em que crianças sejam colocadas em escolas especiais, a educação dela não precisa ser inteiramente segregada. Freqüência em regime não-integral nas escolas regulares deveria ser encorajada. Provisões necessárias deveriam também ser feitas no sentido de assegurar inclusão de jovens e adultos com necessidade especiais em educação secundária e superior bem como em programa de treinamento. Atenção especial deveria ser dada à garantia da igualdade de acesso e oportunidade para meninas e mulheres portadoras de deficiências.

18. Atenção especial deveria ser prestada às necessidades das crianças e jovens com deficiências múltiplas ou severas. Eles possuem os mesmos direitos que outros na

comunidade, à obtenção de máxima independência na vida adulta e deveriam ser educados neste sentido, ao máximo de seus potenciais.

19. Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

20. Reabilitação comunitária deveria ser desenvolvida como parte de uma estratégia global de apoio a uma educação financeiramente efetiva e treinamento para pessoas com necessidades educacionais especiais. Reabilitação comunitária deveria ser vista como uma abordagem específica dentro do desenvolvimento da comunidade objetivando a reabilitação, equalização de oportunidades e integração social de todas as pessoas portadoras de deficiências; deveria ser implementada através de esforços combinados entre as pessoas portadoras de deficiências, suas famílias e comunidades e os serviços apropriados de educação, saúde, bem-estar e vocacional.

21. Ambos os arranjos políticos e de financiamento deveriam encorajar e facilitar o desenvolvimento de escolas inclusivas. Barreiras que impeçam o fluxo de movimento da escola especial para a regular deveriam ser removidas e uma estrutura administrativa comum deveria ser organizada. Progresso em direção à inclusão deveria ser cuidadosamente monitorado através do agrupamento de estatísticas capazes de revelar o número de estudantes portadores de deficiências que se beneficiam dos recursos, know-how e equipamentos direcionados à educação especial bem como o número de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas regulares.

22. Coordenação entre autoridades educacionais e as responsáveis pela saúde, trabalho e assistência social deveria ser fortalecida em todos os níveis no sentido de promover

convergência e complementariedade, Planejamento e coordenação também deveriam levar em conta o papel real e o potencial que agências semi-públicas e organizações não-governamentais podem ter. Um esforço especial necessita ser feito no sentido de se atrair apoio comunitário à provisão de serviços educacionais especiais.

23. Autoridades nacionais têm a responsabilidade de monitorar financiamento externo à educação especial e trabalhando em cooperação com seus parceiros internacionais, assegurar que tal financiamento corresponda às prioridades nacionais e políticas que objetivem atingir educação para todos. Agências bilaterais e multilaterais de auxílio, por sua parte, deveriam considerar cuidadosamente as políticas nacionais com respeito à educação especial no planejamento e implementação de programas em educação e áreas relacionadas.

B. FATORES RELATIVOS À ESCOLA

24. O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares.

25. Muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-

sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças irá contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão. As seguintes orientações enfocam pontos a ser considerados na integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas. Flexibilidade Curricular.

26. O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.

27. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. O princípio regulador deveria ser o de providenciar a mesma educação a todas as crianças, e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram.

28. A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los.

29. Para que o progresso da criança seja acompanhado, formas de avaliação deveriam ser revistas. Avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las.

30. Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.

31. Tecnologia apropriada e viável deveria ser usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem. Auxílios técnicos podem ser oferecidos de modo mais econômico e efetivo se eles forem providos a partir de uma associação central em cada localidade, aonde haja know-how que possibilite a conjugação de necessidades individuais e assegure a manutenção.

32. Capacitação deveria ser originada e pesquisa deveria ser levada a cabo em níveis nacional e regional no sentido de desenvolver sistemas tecnológicos de apoio apropriados à educação especial. Estados que tenham ratificado o Acordo de Florença deveriam ser encorajados a usar tal instrumento no sentido de facilitar a livre circulação de materiais e equipamentos às necessidades das pessoas com deficiências. Da mesma forma, Estados que ainda não tenham aderido ao Acordo ficam convidados a assim fazê-lo para que se facilite a livre circulação de serviços e bens de natureza educacional e cultural.

Administração da Escola

33. Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde de que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo. Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades, Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

34. Diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar e via arranando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio. Arranjos apropriados para o apoio e o exato papel a ser

assumido pelos vários parceiros no processo educacional deveria ser decidido através de consultoria e negociação.

35. Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados a assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula.

Informação e Pesquisa

36. A disseminação de exemplos de boa prática ajudaria o aprimoramento do ensino e aprendizagem. Informação sobre resultados de estudos que sejam relevantes também seria valiosa. A demonstração de experiência e o desenvolvimento de centros de informação deveriam receber apoio a nível nacional, e o acesso a fontes de informação deveria ser ampliado.

37. A educação especial deveria ser integrada dentro de programas de instituições de pesquisa e desenvolvimento e de centros de desenvolvimento curricular. Atenção especial deveria ser prestada nesta área, a pesquisa-ação locando em estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem. Professores deveriam participar ativamente, tanto na ação quanto na reflexão, envolvidas em tais investigações. Estudos-piloto e estudos de profundidade deveriam ser lançados para auxiliar tomadas de decisões e para prover orientação futura. Tais experimentos e estudos deveriam ser levados a cabo numa base de cooperação entre vários países.

C. RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DE EDUCADORES

38. Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações

poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

39. Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

40. Um problema recorrente em sistemas educacionais, mesmo naqueles que provêm excelentes serviços para estudantes portadores de deficiências refere-se a falta de modelos para tais estudantes. Alunos de educação especial requerem oportunidades de interagir com adultos portadores de deficiências que tenham obtido sucesso de forma que eles possam ter um padrão para seus próprios estilos de vida e aspirações com base em expectativas realistas. Além disso, alunos portadores de deficiências deveriam ser treinados e providos de exemplos de atribuição de poderes e liderança à deficiência de forma que eles possam auxiliar no modelamento de políticas que irão afetá-los futuramente. Sistemas educacionais deveriam, portanto, basear o recrutamento de professores e outros educadores que podem e deveriam buscar, para a educação de crianças especiais, o envolvimento de indivíduos portadores de deficiências que sejam bem sucedidos e que provenham da mesma região.

41. As habilidades requeridas para responder as necessidades educacionais especiais deveriam ser levadas em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores.

42. Como forma prioritária, materiais escritos deveriam ser preparados e seminários organizados para administradores locais, supervisores, diretores e professores, no sentido de desenvolver suas capacidades de prover liderança nesta área e de apoiar e treinar pessoal menos experiente.

43. O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviço a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e freqüentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação à distância e outras técnicas auto-didáticas.

44. Treinamento especializado em educação especial que leve às qualificações profissionais deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementariedade e a mobilidade sejam asseguradas.

45. O treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não-categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.

46. Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser

promovidas. A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração.

D. SERVIÇOS EXTERNOS DE APOIO

47. A provisão de serviços de apoio é de fundamental importância para o sucesso de políticas educacionais inclusivas. Para que se assegure que, em todos os níveis, serviços externos sejam colocados à disposição de crianças com necessidades especiais, autoridades educacionais deveriam considerar o seguinte:

48. Apoio às escolas regulares deveria ser providenciado tanto pelas instituições de treinamento de professores quanto pelo trabalho de campo dos profissionais das escolas especiais. Os últimos deveriam ser utilizados cada vez mais como centros de recursos para as escolas regulares, oferecendo apoio direto aquelas crianças com necessidades educacionais especiais. Tanto as instituições de treinamento como as escolas especiais podem prover o acesso a materiais e equipamentos, bem como o treinamento em estratégias de instrução que não sejam oferecidas nas escolas regulares.

49. O apoio externo do pessoal de recurso de várias agências, departamentos e instituições, tais como professor-consultor, psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, etc., deveria ser coordenado em nível local. O agrupamento de escolas tem comprovadamente se constituído numa estratégia útil na mobilização de recursos educacionais bem como no envolvimento da comunidade. Grupos de escolas poderiam ser coletivamente responsáveis pela provisão de serviços a alunos com necessidades educacionais especiais em suas áreas e (a tais grupos de escolas) poderia ser dado o espaço necessário para alocarem os recursos conforme o requerido. Tais arranjos também deveriam envolver serviços não educacionais. De fato, a experiência sugere que serviços educacionais se beneficiariam significativamente caso maiores esforços fossem feitos para assegurar o ótimo uso de todo o conhecimento e recursos disponíveis.

E. ÁREAS PRIORITÁRIAS

50. A integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais seria mais efetiva e bem-sucedida se consideração especial fosse dada a planos de desenvolvimento educacional nas seguintes áreas: educação infantil, para garantir a educabilidade de todas as crianças; transição da educação para a vida adulta do trabalho e educação de meninas.

Educação Infantil

51. O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil.

52. Vários países têm adotado políticas em favor da educação infantil, tanto através do apoio no desenvolvimento de jardins de infância e pré-escolas, como pela organização de informação às famílias e de atividades de conscientização em colaboração com serviços comunitários (saúde, cuidados maternos e infantis) com escolas e com associações locais de famílias ou de mulheres.

Preparação para a Vida Adulta

53. Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto implica em tecnologias

adequadas de treinamento, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola. O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e conseqüente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveria ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselhadores vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências.

Educação de Meninas

54. Meninas portadoras de deficiências encontram-se em dupla desvantagem. Um esforço especial se requer no sentido de se prover treinamento e educação para meninas com necessidades educacionais especiais. Além de ganhar acesso a escola, meninas portadoras de deficiências deveriam ter acesso à informação, orientação e modelos que as auxiliem a fazer escolhas realistas e as preparem para desempenharem seus futuros papéis enquanto mulheres adultas.

Educação de Adultos e Estudos Posteriores

55. Pessoas portadoras de deficiências deveriam receber atenção especial quanto ao desenvolvimento e implementação de programas de educação de adultos e de estudos posteriores. Pessoas portadoras de deficiências deveriam receber prioridade de acesso à tais programas. Cursos especiais também poderiam ser desenvolvidos no sentido de atenderem às necessidades e condições de diferentes grupos de adultos portadores de deficiência.

F. PERSPECTIVAS COMUNITÁRIAS

56. A realização do objetivo de uma educação bem-sucedida de crianças com necessidades educacionais especiais não constitui tarefa somente dos Ministérios de Educação e das escolas. Ela requer a cooperação das famílias e a mobilização das comunidades e de organizações voluntárias, assim como o apoio do público em geral. A experiência provida

por países ou áreas que têm testemunhado progresso na equalização de oportunidades educacionais para crianças portadoras de deficiência sugere uma série de lições úteis.

Parceria com os Pais

57. A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.

58. Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne as necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças.

59. Uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados enquanto parceiros ativos nos processos de tomada de decisão. Pais deveriam ser encorajados a participar em atividades educacionais em casa e na escola (aonde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extra-curriculares), bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de suas crianças.

60. Governos deveriam tomar a liderança na promoção de parceria com os pais, através tanto de declarações políticas quanto legais no que concerne aos direitos paternos. O desenvolvimento de associações de pais deveria ser promovida e seus representante envolvidos no delineamento e implementação de programas que visem o aprimoramento da educação de seus filhos. Organizações de pessoas portadoras de deficiências também deveriam ser consultadas no que diz respeito ao delineamento e implementação de programas.

Envolvimento da Comunidade

61. A descentralização e o planejamento local favorecem um maior envolvimento de comunidades na educação e treinamento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Administradores locais deveriam encorajar a participação da comunidade através da garantia de apoio às associações representativas e convidando-as a tomarem parte no processo de tomada de decisões. Com este objetivo em vista, mobilizando e monitorando mecanismos formados pela administração civil local, pelas autoridades de desenvolvimento educacional e de saúde, líderes comunitários e organizações voluntárias deveriam estar estabelecidos em áreas geográficas suficientemente pequenas para assegurar uma participação comunitária significativa.

62. O envolvimento comunitário deveria ser buscado no sentido de suplementar atividades na escola, de prover auxílio na concretização de deveres de casa e de compensar a falta de apoio familiar. Neste sentido, o papel das associações de bairro deveria ser mencionado no sentido de que tais forneçam espaços disponíveis, como também o papel das associações de famílias, de clubes e movimentos de jovens, e o papel potencial das pessoas idosas e outros voluntários incluindo pessoas portadoras de deficiências em programas tanto dentro como fora da escola.

63. Sempre que ação de reabilitação comunitária seja provida por iniciativa externa, cabe à comunidade decidir se o programa se tornará parte das atividades de desenvolvimento da comunidade. Aos vários parceiros na comunidade, incluindo organizações de pessoas portadoras de deficiência e outras organizações não-governamentais deveria ser dada a devida autonomia para se tornarem responsáveis pelo programa. Sempre que apropriado, agências governamentais em níveis nacional e local também deveriam prestar apoio.

O Papel das Organizações Voluntárias

64. Uma vez que organizações voluntárias e não-governamentais possuem maior liberdade para agir e podem responder mais prontamente às necessidades expressas, elas deveriam ser

apoiadas no desenvolvimento de novas idéias e no trabalho pioneiro de inovação de métodos de entrega de serviços. Tais organizações podem desempenhar o papel fundamental de inovadores e catalizadores e expandir a variedade de programas disponíveis à comunidade.

65. Organizações de pessoas portadoras de deficiências - ou seja, aquelas que possuam influência decisiva deveriam ser convidadas a tomar parte ativa na identificação de necessidades, expressando sua opinião a respeito de prioridades, administrando serviços, avaliando desempenho e defendendo mudanças.

Conscientização Pública

66. Políticos em todos os níveis, incluindo o nível da escola, deveriam regularmente reafirmar seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas entre as crianças, professores e público em geral, no que diz respeito aos que possuem necessidades educacionais especiais.

67. A mídia possui um papel fundamental na promoção de atitudes positivas frente a integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade. Superando preconceitos e má informação, e difundindo um maior otimismo e imaginação sobre as capacidades das pessoas portadoras de deficiência. A mídia também pode promover atitudes positivas em empregadores com relação ao emprego de pessoas portadoras de deficiência. A mídia deveria acostumar-se a informar o público a respeito de novas abordagens em educação, particularmente no que diz respeito à provisão em educação especial nas escolas regulares, através da popularização de exemplos de boa prática e experiências bem-sucedidas.

G. REQUERIMENTOS RELATIVOS A RECURSOS

68. O desenvolvimento de escolas inclusivas como o modo mais efetivo de atingir a educação para todos deve ser reconhecido como uma política governamental chave e dado o devido privilégio na pauta de desenvolvimento da nação. É somente desta maneira que os recursos adequados podem ser obtidos. Mudanças nas políticas e prioridades podem acabar

sendo inefetivas a menos que um mínimo de recursos requeridos seja providenciado. O compromisso político é necessário, tanto a nível nacional como comunitário. Para que se obtenha recursos adicionais e para que se re-empregue os recursos já existentes. Ao mesmo tempo em que as comunidades devem desempenhar o papel-chave de desenvolver escolas inclusivas, apoio e encorajamento aos governos também são essenciais ao desenvolvimento efetivo de soluções viáveis.

69. A distribuição de recursos às escolas deveria realisticamente levar em consideração as diferenças em gastos no sentido de se prover educação apropriada para todas as crianças que possuem habilidades diferentes. Um começo realista poderia ser o de apoiar aquelas escolas que desejam promover uma educação inclusiva e o lançamento de projetos-piloto em algumas áreas com vistas a adquirir o conhecimento necessário para a expansão e generalização progressivas. No processo de generalização da educação inclusiva, o nível de suporte e de especialização deverá corresponder à natureza da demanda.

70. Recursos também devem ser alocados no sentido de apoiar serviços de treinamento de professores regulares de provisão de centros de recursos, de professores especiais ou professores-recursos. Ajuda técnica apropriada para assegurar a operação bem-sucedida de um sistema educacional integrador, também deve ser providenciada. Abordagens integradoras deveriam, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento de serviços de apoio em níveis nacional e local.

71. Um modo efetivo de maximizar o impacto refere-se a união de recursos humanos institucionais, logísticos, materiais e financeiros dos vários departamentos ministeriais (Educação, Saúde, Bem-Estar-Social, Trabalho, Juventude, etc.), das autoridades locais e territoriais e de outras instituições especializadas. A combinação de uma abordagem tanto social quanto educacional no que se refere à educação especial requererá estruturas de gerenciamento efetivas que capacitem os vários serviços a cooperar tanto em nível local quanto em nível nacional e que permitam que autoridades públicas e corporações juntem esforços.

III. ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES EM NÍVEIS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

72. Cooperação internacional entre organizações governamentais e não-governamentais, regionais e inter-regionais, podem ter um papel muito importante no apoio ao movimento frente a escolas inclusivas. Com base em experiências anteriores nesta área, organizações internacionais, inter-governamentais e não-governamentais, bem como agências doadoras bilaterais, poderiam considerar a união de seus esforços na implementação das seguintes abordagens estratégicas.

73. Assistência técnica deveria ser direcionada a áreas estratégicas de intervenção com um efeito multiplicador, especialmente em países em desenvolvimento. Uma tarefa importante para a cooperação internacional reside no apoio no lançamento de projetos-piloto que objetivem testar abordagens e originar capacitação.

74. A organização de parcerias regionais ou de parcerias entre países com abordagens semelhantes no tocante à educação especial poderia resultar no planejamento de atividades conjuntas sob os auspícios de mecanismos de cooperação regional ou sub-regional. Tais atividades deveriam ser delineadas com vistas a levar vantagens sobre as economias da escala, a basear-se na experiência de países participantes, e a aprimorar o desenvolvimento das capacidades nacionais.

75. Uma missão prioritária das organizações internacionais e facilitação do intercâmbio de dados e a informação e resultados de programas-piloto em educação especial entre países e regiões. O colecionamento de indicadores de progresso que sejam comparáveis a respeito de educação inclusiva e de emprego deveria se tornar parte de um banco mundial de dados sobre educação. Pontos de enfoque podem ser estabelecidos em centros sub-regionais para que se facilite o intercâmbio de informações. As estruturas existentes em nível regional e internacional deveriam ser fortalecidas e suas atividades estendidas a campos tais como política, programação, treinamento de pessoal e avaliação.

76. Uma alta porcentagem de deficiência constitui resultado direto da falta de informação, pobreza e baixos padrões de saúde. À medida que o prevalemento de deficiências em termos do mundo em geral aumenta em número, particularmente nos países em desenvolvimento, deveria haver uma ação conjunta internacional em estreita colaboração com esforços nacionais, no sentido de se prevenir as causas de deficiências através da educação a qual, por, sua vez, reduziria a incidência e o prevalemento de deficiências, portanto, reduzindo ainda mais as demandas sobre os limitados recursos humanos e financeiros de dados países.

77. Assistências técnica e internacional à educação especial derivam-se de variadas fontes. Portanto, torna-se essencial que se garanta coerência e complementaridade entre organizações do sistema das Nações Unidas e outras agências que prestam assistência nesta área.

78. Cooperação internacional deveria fornecer apoio a seminários de treinamento avançado para administradores e outros especialistas em nível regional e reforçar a cooperação entre universidades e instituições de treinamento em países diferentes para a condução de estudos comparativos bem como para a publicação de referências documentárias e de materiais instrutivos.

79. A Cooperação internacional deveria auxiliar no desenvolvimento de associações regionais e internacionais de profissionais envolvidos com o aperfeiçoamento da educação especial e deveria apoiar a criação e disseminação de folhetins e publicações, bem como a organização de conferências e encontros regionais.

80. Encontros regionais e internacionais englobando questões relativas à educação deveriam garantir que necessidades educacionais especiais fossem incluídas como parte integrante do debate, e não somente como uma questão em separado. Como modo de exemplo concreto, a questão da educação especial deveria fazer parte da pauta de conferência ministeriais regionais organizadas pela UNESCO e por outras agências inter-governamentais.

81. Cooperação internacional técnica e agências de financiamento envolvidas em iniciativas de apoio e desenvolvimento da Educação para Todos deveriam assegurar que a educação especial seja uma parte integrante de todos os projetos em desenvolvimento.

82. Coordenação internacional deveria existir no sentido de apoiar especificações de acessibilidade universal da tecnologia da comunicação subjacente à estrutura emergente da informação.

83. Esta Estrutura de Ação foi aprovada por aclamação após discussão e emenda na sessão Plenária da Conferência de 10 de junho de 1994. Ela tem o objetivo de guiar os Estados Membros e organizações governamentais e não-governamentais na implementação da Declaração de Salamanca sobre Princípios , Política e Prática em Educação Especial.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

- AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: CORDE,1994.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado,1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.São Paulo; Saraiva, 1996.
- BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo – Convenção da organização dos Estados Americanos - Mensagem nº 1545 de 1999.
- CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. Educação especial v.1/Maria Ângelo Monteiro Correa - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ,2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.
- GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.
- KRYNSKI, S. Novos rumos da deficiência mental. São Paulo: Savier, 1983.
- OMOTE, S. Inclusão: Perspectivas em pesquisa. In: MARQUEZINE, M.C; ALMEIDA, M.A.; OMOTE, S. Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003.
- SILVA, Shirley; VIZIM, Marly (Orgs.). Educação especial: Múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Mercado de letras: ALB, 2001.
- SANTOS, Maria da Glória Schaper dos. Educação Especial v.2 2º Ed./Maria da Glória Schaper dos Santos - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ,2005.
- SILVA, Divino, MARIA, Renata. Valores, preconceito e práticas educativas. Casa do Psicólogo, 2005.
- [http://pt.wikisource.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o de Salamanca](http://pt.wikisource.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Salamanca)